



Na mira da privatização, Eletrobras, Correios e Caixa deram lucro de R\$ 21 bilhões em 2020

Ao contrário do que diz o senso comum, balanços das empresas públicas desmentem principal argumento utilizado em favor da privatização



Capital está interessado em se apropriar dos lucros do setor público, alerta André Roncaglia (Unifesp)

O pressuposto básico daqueles que defendem a privatização é que as estatais seriam ineficientes, causando prejuízo aos cofres públicos. Em última instância, esses custos seriam repassados para o bolso do contribuinte. Mas um olhar atento sobre os balanços apresentados por empresas públicas como a Eletrobras, os Correios e a Caixa Econômica Federal (CEF), desmentem esse argumento. As três empresas, que estão na mira do governo Bolsonaro, registraram lucros que somam R\$ 21 bilhões somente no ano passado.

A bola da vez é a Eletrobras. A Medida Provisória (MP) 1.031/2021, que amplia a

participação do capital privado na estatal do sistema elétrico, foi aprovada na Câmara dos Deputados, no mês passado. Atualmente no Senado, a MP publicada em 23 de fevereiro tem prazo de 60 dias (prorrogável por igual período) para ser votada, antes de perder a validade. A partir do 45º dia, toda MP passa a trancar a pauta de votações da Casa Legislativa onde está tramitando.

A estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia tem capacidade instalada de 42.080 megawatts e 164 usinas, sendo 48 hidrelétricas, duas termoeletricas e dezenas de outras fontes, como gás natural, eólicas ou a carvão e óleo. Tem também mais de 58 mil quilômetros de linhas de transmissão, o que corresponde a 57% do total nacional.

De acordo com balanço financeiro divulgado em março, a Eletrobras registrou lucro de R\$ 6,387 bilhões em 2020. A própria direção da estatal afirma que esse resultado demonstra “a robustez e a liquidez da companhia mesmo em um ano marcado pela pandemia de covid-19”. No ano anterior, os resultados foram ainda maiores, totalizando R\$ 11,133 bilhões.

Correios

Ocupando o segundo lugar na fila das privatizações, os Correios tiveram lucro líquido de R\$ 1,53 bilhão em 2020. Os números, que não foram divulgados oficialmente, constam de uma comunicação enviada pelo presidente da estatal, Floriano Peixoto Vieira Neto, ao Ministério da Economia. As receitas com encomendas, por exemplo, tiveram crescimento de 9% em relação ao ano anterior, por conta do aumento do comércio eletrônico em decorrência da pandemia. Desde 2017, a empresa fecha no azul.

Apesar dessa trajetória de alta – ou justamente em função disso –, o governo Bolsonaro apresentou, em fevereiro, o Projeto de Lei (PL) 591/2021, que inclui a empresa pública mais antiga do Brasil, fundada há 358 anos, no Programa Nacional de Desestatização. Os Correios estão presentes nos 5.570 municípios, entregando em média, 15,2 milhões de objetos postais por dia, serviço realizado por cerca de 100 mil trabalhadores.

Além da sua capilaridade, a estatal oferece sempre as menores tarifas, quando comparado com os valores cobrados pelas empresas privadas de logística. Por outro lado, de acordo com auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o Índice de Entrega no Prazo (IEP) subiu de 87%, em 2015, para 97% em 2019.

Caixa

Outro alvo da sanha privatista, a Caixa Econômica Federal (CEF) registrou lucro líquido de R\$ 13,17 bilhões em 2020. Só no ano passado, o banco público pagou auxílio emergencial no total de R\$ 293,1 bilhões para 67,9 milhões de pessoas. Também foi responsável pela liberação de R\$ 36,5 bilhões do Saque Emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), valor pago a 51,1 milhões de pessoas. Além disso, a Caixa detém a liderança do mercado habitacional com 68,8% de participação no financiamento da casa própria.

Dado o seu papel estratégico, e a inviabilidade política de propor a privatização na íntegra, o governo Bolsonaro tem adotado a estratégia de fazer a venda fatiada da Caixa. Essa estratégia foi tentada no ano passado, com a publicação

da MP 995/2020. Contudo, graças à mobilização dos trabalhadores, essa medida acabou caducando. Ainda assim, a direção do banco conseguiu manobrar para realizar a abertura de capitais da Caixa Seguridade, concluída no mês passado.

Motivos e riscos

Se essas empresas públicas estão dando lucro, quais seriam então os reais motivos para a privatização? “De maneira muito simples, eles querem que esses lucros sejam apropriados pelo setor privado”, afirma o economista André Roncaglia, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Além disso, há a “crença” de que essa lucratividade pode ser ainda maior nas mãos da iniciativa privada.

“Em tese, o setor privado seria um melhor gestor. Teria mais visão de mercado e maior flexibilidade. O que traria lucros ainda maiores. Na visão deles, isso seria gerar riquezas pra toda a sociedade. Porque eles confundem sociedade com os acionistas das empresas, o que é uma metonímia (a parte pelo todo) bastante simbólica dessa visão de sociedade.”

Para Roncaglia, a privatização “é sempre uma promessa”. Contudo, alguns dados da realidade contrariam esse desejo. Ele cita, por exemplo, o próprio sistema elétrico, que foi parcialmente privatizado (em especial, as antigas empresas estaduais de distribuição de energia). Ainda assim, o Brasil detém hoje a segunda maior tarifa de energia do mundo. “De maneira bem clara, não consigo dizer que o setor privado vai ser mais produtivo e oferecer melhores serviços. Não tem absolutamente nada que garanta isso”.

Outro complicador, segundo ele, é a questão da regulação. A privatização de serviços públicos exige a existência de agências reguladoras atuantes. Contudo, devido à dimensão bilionária desses negócios, é sempre latente o risco dos reguladores serem “capturados” pelos interesses privados. No final, quem vai pagar essa conta é o cidadão.

FONTE: RBA - Tiago Pereira

Representantes dos funcionários se reúnem com presidente do BB

Contratações, prioridade na vacinação contra a Covid-19 foram pauta em reunião com Fausto Ribeiro



A sinalização de uma relação de abertura, diálogo e proximidade por parte do novo presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, marcou a primeira reunião realizada entre a direção do banco e a representação dos trabalhadores, ocorrida na terça-feira (25), em Brasília. Os representantes que compõem a diretoria do Sindicato dos Bancários de Brasília participaram da reunião presencialmente, respeitando-se rigorosamente todos os protocolos de segurança. O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, participou por videoconferência.

Logo no início da reunião, o presidente do BB disse que o respeito aos funcionários vai prevalecer na sua gestão e que as portas para o movimento sindical estarão abertas.

“Apesar de termos tido esse primeiro contato, temos a demanda de um encontro solicitado pela Contraf-CUT por meio de um ofício. Por isso, foi bom ouvir que as portas estão abertas ao movimento sindical e que o diálogo com os funcionários e suas representações vão prevalecer”, disse Fukunaga. “Vamos manter esse contato e esse diálogo para apresentar e defender as demandas dos trabalhadores”, completou.

Contratações

O primeiro assunto tratado foi sobre a contratação urgente de mais funcionários, principalmente diante do cenário de colapso constatado nas agências pelo Brasil afora.

“A situação é ainda mais grave nas unidades de negócio”, apontou o presidente do Seeb/Brasília, Kleyton Moraes, que enfatizou a necessidade de contratações via concursos públicos para suprir essa demanda. “Em função da procura cada vez mais crescente de clientes e usuários, por um lado, e da diminuição do número de funcionários por conta do processo de reestruturação, por outro, o déficit do quadro de pessoal é grave e tem impactado sobremaneira o ritmo de trabalho e consequentemente a saúde dos bancários, que estão cada vez mais adoecidos. Isso sem contar que, numa situação dessas, o banco também perde em termos estratégicos, na disputa de mercado”.

O coordenador da CEBB reforçou a urgência da abertura imediata de novo concurso público para o BB. “A situação verificada no Distrito Federal e entorno se repete em quase todos os cantos do país. Existem relatos de que gestores da unidade precisam atuar em todas as posições para se efetivar o atendimento aos clientes devido à falta de funcionários”, disse.

Vacina, já!

A inclusão da categoria no Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19 foi outro ponto tratado na reunião.

A representação dos funcionários cobrou posicionamento da direção do Banco do Brasil no sentido de atuar junto ao governo para assegurar a priorização dos bancários no PNI.

“O aceno positivo dado pelo presidente do BB, relativo ao pleito de buscar a priorização dos bancários no PNI é um importante reforço para os esforços que já realizamos neste sentido”, disse Kleyton ao lembrar que houve um grande crescimento no número de mortes entre os bancários.

Segundo levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no primeiro trimestre de 2021 houve 176% mais mortes na categoria, na comparação com o mesmo período de 2020.

O argumento foi reforçado pelo presidente da Federação dos Bancários da CUT do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), Cleiton dos Santos. “Assim como outras categorias que se mostraram fundamentais, os bancários colocaram suas vidas em risco para cumprir seu papel social de manter o atendimento da população e fazer a economia funcionar neste período tão crítico e sem precedentes na história de nosso país”, disse.

Defender o banco público

Os debates também giraram em torno da importância de se manter o Banco do Brasil como instituição pública de fomento e como agente de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, ainda mais diante de uma conjuntura em que os bancos públicos vêm mostrando a sua relevância e papel diferenciados.

Fonte: Seeb/BSB, com Contraf-CUT

Confira onde é feriado na próxima quinta-feira (3), dia de Corpus Christi

Portal CUT listou algumas cidades que anteciparam o feriado para conter o avanço do novo coronavírus



MARCELO CAMARGO/ AGÊNCIA BRASIL

Com a pandemia do novo coronavírus, muitos feriados foram antecipados em cidades que restringiram a circulação de pessoas para frear a transmissão do vírus. Por isso, no próximo dia 3 de junho, quando se celebra o dia de Corpus Christi tem cidades onde não será feriado porque foi antecipado.

Além disso, é importante saber que a data não está no calendário de feriados nacionais. É ponto facultativo e cabe aos prefeitos decidir se vão aderir ou não. Quando os prefeitos optam por ponto facultativo, empresas e escolas que dão folga aos seus trabalhadores e trabalhadoras podem fazer um acordo para que haja compensação de horas ou não.

Como a data é uma tradição religiosa, a maioria das empresas dão folga aos trabalhadores.

O dia de Corpus Christi, expressão originária do latim que significa, literalmente, “corpo de Cristo”, é comemorado 60 dias depois do domingo de Páscoa. É uma festa católica que celebra o milagre da transubstanciação. Para

o catolicismo, Cristo se transforma no pão e na hóstia, que se torna seu corpo, assim como o vinho se converte em seu sangue. É uma das mais antigas festas da igreja católica no mundo, e cai em uma data diferente todo ano. Isso ocorre porque esses feriados dependem da data em que a Páscoa cai.

Agora, que você já sabe um pouco sobre a data e sobre as antecipações deste ponto facultativo que se transforma em feriado em todo o Brasil, confia as cidades que já adiantaram o feriado para conter o avanço do novo coronavírus.

Algumas cidades mantiveram o feriado de Corpus Christi em 3 de junho, mesmo que algumas delas tenham antecipado a data para o início do ano para conter a pandemia. São elas:

Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Cuiabá, Fortaleza, Porto Alegre, Florianópolis, Cuiabá e Porto Velho, São Luís, Teresina, João Pessoa, Belo Horizonte, Recife são algumas das demais capitais brasileiras que deram ao feriado de Corpus Christi.

Confira as cidades que anteciparam o feriado e 3 de junho será dia normal de trabalho

São Paulo

Em São Paulo, além do governo do estado, a prefeitura municipal também já antecipou o feriado de Corpus Christi na capital paulista desde março deste ano. Vale ressaltar que a antecipação do feriado ou não cabe ao governo local.

Araraquara

Para aumentar o índice de isolamento social e desafogar o sistema de saúde, Araraquara, município paulista antecipou os feriados de Corpus Christi em abril.

ABC Paulista

No ABC Paulista, as cidades que optaram em antecipar o feriado de Corpus Christi foram: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

São Roque

A Prefeitura de São Roque (SP) também antecipou o feriado de Corpus Christi de 2021 e de 2022. Na ocasião, a prefeitura afirmou que a medida fazia parte das ações de combate ao coronavírus, pois diminui a circulação de pessoas na cidade.

Alto Tietê

As cidades de Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel e Suzano que fazem parte do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat) decidiram antecipar o feriado de Corpus Christi para sexta-feira, dia 22 de maio. Apenas as cidades de Arujá e Guarulhos decidiram não antecipar nenhum feriado.

Paraíba

Na Paraíba, o governo estadual já antecipou o feriado de Corpus Christi com o objetivo de conter a disseminação do coronavírus. A Medida Provisória foi publicada no dia 21 de abril (Tiradentes) para o dia 30 de março; de 3 de junho (Corpus Christi) para o dia 31 de março; e de 5 de agosto (fundação da Paraíba) para o dia 1º de abril.

Vitória

O governo do Espírito Santo já antecipou os seguintes feriados, os de Nossa Senhora da Penha (12 de abril), Corpus Christi (3 de junho)

e Nossa Senhora da Vitória (8 de setembro). Por causa da pandemia do novo coronavírus. Na ocasião, o governo estadual estabeleceu quarentena para todo o estado e apenas serviços essenciais podem funcionar.

Minas Gerais

Ao contrário do governo do estado de Minas Gerais que decidiu antecipar, a prefeitura de Montes Claros já apressou o feriado de Corpus Christi em 17 de março deste ano.

Divinópolis, no Centro-Oeste de Minas Gerais, já antecipou o feriado do próximo dia 3. Na ocasião, o prefeito Gleidson Azevedo (PSC) tratou a medida como “extrema” para conter a circulação de pessoas nas ruas da cidade devido à pandemia do novo coronavírus.

Piauí

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), também já antecipou no estado o feriado do dia 3. Em março deste ano, ele enviou à Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) a proposta para antecipar os feriados de Nossa Senhora Aparecida e de Corpus Christi para os dias 26 e 30 de março. A medida foi para reforçar o isolamento social como combate à transmissão da Covid-19 e diminuir a crise no sistema de saúde pública.

A capital Teresina já antecipou o feriado do Corpus Christi.

Salvador fechará as praias no feriado

Já em Salvador, o prefeito Bruno Reis, anunciou nesta sexta-feira (28), que o feriado de Corpus Christi será de praias fechadas na capital, para evitar aglomerações e propagação da Covid-19.

O fechamento será da quinta (3) ao domingo (6). Os decretos de enfrentamento à Covid-19 também foram renovados.

Ao mesmo tempo, o toque de recolher será antecipado para as 20h e haverá proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais. O prefeito também informou que não haverá ponto facultativo na capital e o expediente será normal nas repartições municipais.

Com informações de agências estaduais

Fonte: CUT - Walber Pinto

Covid-19: Profissionais da saúde do Ceará ganham na Justiça o direito ao adicional de insalubridade

Decisão abrange trabalhadores substituídos pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde no Estado (SINDISAÚDE) enquanto vigorar, no Ceará, o Estado de Calamidade Pública reconhecido por Decreto Legislativo



Foto: Site Sindsaúde Ceará

Em decisão histórica, a Justiça do Trabalho no Ceará determinou, nesta sexta-feira (28), o pagamento do adicional de insalubridade de 40%, sem necessidade de prévia prova pericial, aos profissionais da saúde expostos à Covid-19. A medida abrange trabalhadores substituídos pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde no Estado (SINDISAÚDE) enquanto vigorar, no Ceará, o Estado de Calamidade Pública reconhecido por Decreto Legislativo.

A deliberação do Tribunal Regional do Trabalho na 7ª Região foi em resposta a diversas ações judiciais movidas pelo sindicato, para que fosse concedido o aumento aos trabalhadores que recebem adicional de insalubridade de grau médio, ou seja, de 20%. Segundo a decisão, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) é o documento que vai delimitar, dentro de cada unidade de saúde, os trabalhadores que estão expostos ao agente biológico em questão (vírus SARS-CoV-2), devendo este documento estar atualizado.

Pelo Ministério Público do Trabalho (MPT),

realizaram a sustentação oral conjunta a procuradora-chefe do MPT no Ceará, Mariana Férrer, e a procuradora titular Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat), Márcia Kamei. “Diante do impacto econômico na categoria dos profissionais da saúde, a Corte já havia suscitado Incidente de Assunção de Competência (IAC)”, explica a procuradora-chefe. “Trata-se de um procedimento relativamente recente no sistema processual, nas hipóteses em que se observa questão de direito relevante, com grande repercussão social”, detalha a procuradora-chefe.

Após deliberação, nesta sexta, o Pleno do Tribunal firmou tese jurídica vinculante. “É uma decisão histórica e de vanguarda, porque, ao gerar o efeito vinculante, abre precedente inclusive para profissionais de outras categorias expostos ao risco de contágio”, destaca Mariana Férrer.

A decisão de hoje foi após uma série de audiências com participação do MPT e órgãos como a Superintendência Regional do Trabalho no Centro Judiciário de Solução de Conflitos, órgão criado fornecer à população um serviço de conciliação e mediação de qualidade, por meio de profissionais qualificados, seja na fase processual ou ainda quando não há processo na Justiça.

Fonte: MPT no Ceará

Banco do Brasil promove terceirização irresponsável



Dirigentes sindicais têm apurado, junto aos funcionários do Banco do Brasil, que muitas agências estão operando com correspondentes bancários executando negócios na fila de triagem na sala de autoatendimento e utilizando equipamento do banco internamente para concluir os negócios, desrespeitando uma decisão do próprio sistema financeiro oriunda do Banco Central.

“Infelizmente, no desgoverno Bolsonaro, além da tristeza do aumento do risco de contaminação comunitária e o estímulo à imunização de rebanho, o governo da morte ainda promove a precarização do trabalho bancário com terceirização fraudulenta”, protesta o dirigente sindical e bancário do Banco do Brasil João Maia.

Além disto, em agências da cidade de São Paulo estão contratando trabalhadores terceirizados pra fazer triagem na fila da sala de autoatendimento, o que pode resultar em pressão para oferta de produtos e serviços, caracterizando fraude por desvio de função e precarização de direitos.

Para piorar, estes colegas não recebem da empresa equipamentos de proteção individual contra o coronavírus, e tampouco são contemplados pelos protocolos internos de prevenção. Mas, por outro lado, podem fornecer negócios para o banco.

“Portanto, são tratados como funcionários de segunda classe, com menores salários e menos benefícios. Uma comunidade de castas Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

nas agências do BB. Repudiamos essa prática ignóbil”, afirma o dirigente sindical e bancário do Banco do Brasil Leonardo Diniz

O Sindicato também apurou que, na pandemia, muitas agências do BB em São Paulo operam com dois ou três funcionários no atendimento presencial. E apesar disso, o Banco do Brasil criou plano de demissão pra expurgar mais de 5 mil funcionários, mesmo tendo apresentado lucro de aproximadamente R\$ 14 bilhões em 2020.

Para completar, há o notório descaso em não incluir os bancários como prioridade no Plano Nacional de Imunização, apesar de o governo federal ter decretado o serviço bancário essencial. “O desgoverno Bolsonaro não demonstra ter o menor interesse em abrir concurso de admissão no BB para atendimento nas agências, reivindicação enfática e permanente do movimento sindical bancário, desde sempre”, enfatiza João Maia.

Recentemente, houve o chamado “encontro de líderes” no BB, para motivar a tropa nas diversas áreas de varejo, atacado e operacional.

“Mas parece que líderes sem visão estão firmes e fortes na destruição da empresa. A pressão pelo cumprimento de metas é tão absurda que há casos de agências que abriram suas portas sem que os vigilantes estivessem devidamente equipados, aumentando o risco de insegurança para os funcionários e clientes”, denuncia João Maia.

Esta situação foi denunciada pelo Sindicato na Superintendência, Gestão de Pessoas e Gestão de Segurança em São Paulo.

“É preciso, mais que urgentemente, preencher a falta de funcionários com concurso de ingresso no BB e rechaçar a terceirização irresponsável. Todos que trabalham em banco, são bancários e devem ter os mesmos benefícios e direitos, inclusive com treinamento adequado” afirma Leonardo Diniz.

Fonte: Sindicato dos Bancários de SP

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF